

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos últimos anos, o Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, e o Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, do Instituto de Investigação Científica Tropical, têm levado a cabo um projecto de investigação sobre A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI. Temos procurado compreender dinâmicas, identificar protagonistas e, igualmente, perceber as raízes familiares dos nobres que participaram activamente na construção do Estado Português da Índia.

A pequena fidalguia e a baixa nobreza desempenharam nas águas do Índico, ao longo da centúria quinhentista, a liderança global do estabelecimento luso na região, assumindo simultaneamente o controlo do comércio, a condução da diplomacia, a administração da Justiça e das Finanças, a capitania das armadas e das fortalezas e, obviamente, o comando da guerra. Esta intervenção multi-facetada decorreu do impacto que a Expansão Ultramarina gerou na sociedade portuguesa, num processo que se iniciou com as campanhas em Marrocos e as viagens de exploração do Oceano. Mau grado a forte dimensão comercial que o processo expansionista adquiriu rapidamente, a prossecução do trato régio, Aquém e Além-Mar, coube sempre a membros da nobreza, ao abrigo das leis monopolistas estabelecidas pelo infante D. Pedro, enquanto regente, e que foram mantidas e aumentadas pelos reis quatrocentistas.

No seguimento de outras conferências, realizou-se, em Outubro de 2001, o colóquio de que agora se dão à estampa as comunicações apresentadas. Procurámos analisar sistematicamente como um grupo específico – a nobreza titular – reagiu e se enquadrou na política oriental de D. Manuel I. Os estudos que se seguem mostram que o empenho dos

Título	A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA <i>Actas do Colóquio Internacional</i>
Edição	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA / CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL / CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E CARTOGRAFIA ANTIGA
Capa	Zemideias – Comunicação e Criação de Imagem, Lda. Av. Combatentes da Grande Guerra, 136, CVD, ^{1a} 1495-036 Algés
Depósito legal	214422/04
ISBN	972-98672-8-3
Tiragem	1000 exemplares
Execução gráfica	Barbosa & Xavier, Lda., Artes Gráficas Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C Tel. 253 263 063 - 253 618 916 • Fax 253 615 350 email: barbosa.xavier@clix.pt 4700-385 BRAGA

principais senhores do Reino na construção do Estado da Índia foi mínimo. No entanto, como o visconde de Vila Nova de Cerveira e o barão do Alvito, colocaram aí vários parentes seus, além de que todos os governadores e vice-reis eram parentes próximos de titulares. As comunicações apresentadas no colóquio, que aqui publicamos na sua quase totalidade, cobriram, com poucas exceções, o conjunto de casas titulares que existiram em Portugal durante o reinado de D. Manuel I, a que se acrescentam estudos sobre as ordens militares e sobre uma outra família particularmente influente – a dos Cunhas.

Estamos certos que os estudos apresentados neste volume irão contribuir para um aprofundamento do conhecimento da temática em apreço, abrindo novas perspectivas tanto no que respeita à História da Expansão como à própria História de Portugal. Esta maior interação entre as duas dinâmicas históricas torna-se, de facto, fundamental para um melhor conhecimento de uma e outra. Sintomaticamente, os contributos vieram, quer investigadores que têm o seu currículo alicerçado sobretudo no estudo da História Ultramarina, quer de outros que têm estudado esta época sob o prisma da História do Reino. Aos colegas que colaboraram nesta iniciativa cabe-nos uma palavra de agradecimento, pois as suas contribuições foram fundamentais para o sucesso do encontro. Pela nossa parte, parece-nos que esta colaboração, que tem crescido nos últimos anos, tem sido frutuosa para todos, pelo que desejamos prosseguir-la no futuro.

A finalizar uma palavra especial de agradecimento à Dr.^a Alexandra Pelúcia, que acompanhou de perto a execução deste volume, e à Dr.^a Cátia Carvalho, que digitalizou grande parte das genealogias que acompanham os textos das comunicações. A dedicação de uma e de outra foram fundamentais para que este trabalho chegasse a bom termo.

Desejamos ainda agradecer às entidades que patrocinaram esta edição e que possibilitaram deste modo a divulgação do nosso trabalho.

Lisboa, 30 de Junho de 2004

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

O CONDE DE TENTÚGAL E A LINHAGEM DOS MELOS NA POLÍTICA ULTRAMARINA MANUELINA¹

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
Universidade Nova de Lisboa / CHAM

D. Rodrigo de Melo corresponde a um caso *sui generis*, no contexto da nobreza titular do início de Quinhentos, pois tratava-se, então, de um conde que era membro da aristocracia de sangue real e que era simultaneamente o herdeiro da descendência primogénita de uma das principais linhagens do Portugal quatrocentista – os Melos. Com efeito, D. Rodrigo era neto de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e de D. Rodrigo de Melo, 1.º conde de Olivença².

¹ Agradeço a colaboração da Dr.^a Cátia Carvalho, que digitalizou as genealogias que servem de suporte a este trabalho, assim como os comentários e sugestões da Dr.^a Andreia Martins de Carvalho, que leu a versão preliminar do mesmo.

² No século XV, são raros os casamentos entre membros das famílias titulares de sangue real (descendentes de D. Pedro I, D. Fernando ou D. João I) e as que haviam ascendido à titulação pelo *cursus honorum* dos seus membros mais proeminentes. A Casa de Viseu/Beja, os Braganças e os Noronhas/Meneses privilegiavam ligações entre si ou com a família real, tendo ocorrido apenas enlacs com algumas das linhagens mais prestigiadas – os Castros (pelo casamento de D. Joana de Castro, herdeira da Casa de Cadaval, com D. Fernando, então conde de Arraiolos, filho segundo da Casa de Barcelos/Bragança); os Meneses (pelo casamento do conde de Loulé, D. Henrique de Meneses com uma filha do mesmo D. Fernando, quando este ainda não era o herdeiro do ducado de Bragança); os Coutinhos (pelo casamento que esteve prometido entre D. João Coutinho, 3.º conde de Marialva e D. Catarina, igualmente filha do 2.º duque de Bragança); finalmente a associação aos Melos, pelo casamento de D. Álvaro com a herdeira do condado de Odemira. Veja-se que os dois únicos casamentos de membros masculinos destas casas com damas de linhagens inferiores sucederam com herdeiras que permitiram a incorporação de património importante nas casas principais. A este propósito recorde-se ainda que este encerramento quase total da principal aristocracia do Reino se vê também pelos muitos membros desse grupo que permaneceram solteiros, como foi os casos dos infantes D. Henrique e D. Fernando, de D. Afonso, marquês de Valença e de D. Diogo e D. Manuel, duques de Viseu e de Beja. Destes, o único que tinha o seu consórcio a ser negociado à hora da morte era D. Diogo e a noiva pretendida era, sintomaticamente, a infanta D. Joana, sua prima co-irmã.

Sobre a evolução da nobreza titular portuguesa, ao longo da 2.^a dinastia, baseio-me principalmente em Miguel Rodrigues e Luís Filipe Oliveira, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.^a dinastia», *Revista de história económica e social*, Lisboa, n.º 22, 1988, pp. 77-114.